

OS «REBELDES DE PORTUGAL» NO CONGRESSO DE MÜNSTER (1644-48)

Pedro Cardim

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

«A las armas de Portugal, y Francia:
las flores de Lis,
a las quinas santas,
subieron al cielo
del suelo embiadas».

Gregorio de San Martín, *Successos Felices
Intitvlados, Finezas de Amor. Offercidos aos
Poderosissimos Reys de Portugal, & França.
Composto em Dous Romances...* (Lisboa,
Manoel da Sylua, 1642).

Nada mais sugestivo do que conceber a aliança entre Portugueses e Franceses como uma ascensão até ao céu, uma união que, em 1642, os sequazes do duque de Bragança acreditavam ser possível entre o poderoso reino da França e o frágil Portugal revoltado contra Espanha. Uma união que, de acordo com Gregorio de San Martín, seria abençoada pela divindade e encheria de glória os dois reinos (simbolizados pela francesa lis e pelas quinas portuguesas), unidos por uma amizade sincera e verdadeira, iniciando aquilo que muitos acreditavam ser uma nova idade de ouro. No entanto, todos sabiam o quão difícil seria alcançar essa tão ambicionada união, e por esse motivo a intervenção divina era encarada como a única forma de vencer as dificuldades que se anteviam¹.

Os anseios evocados pelos versos do lisboeta Gregorio de San Martín² relacionam-se, precisamente, com as grandes causas por que se bateu a diplomacia portuguesa na Europa Central, ao longo da década de 1640. O livro de San Martín surgiu numa altura em que cada vez mais se falava numa paz geral para a Europa, um tema que interessava aos rebeldes portugueses, os quais, porventura mais do que ninguém, careciam de paz e de uma aliança forte que

salvaguardasse as posições por eles assumidas. Foi esta necessidade urgente de uma França protectora que, no ano de 1644, levou António Moniz de Carvalho (diplomata de D. João IV em Paris) a representar alegoricamente Ana de Áustria, regente francesa, como uma águia de asas abertas, enviada do céu para proteger os seus filhos e reino, e amparar os seus aliados portugueses³.

O estabelecimento de uma aliança formal com a França constituiu, portanto, uma das tarefas em que a diplomacia portuguesa mais se empenhou a partir da revolta de 1 de Dezembro de 1640. Uma tarefa difícil e muitas vezes infrutífera, devido à complexidade dos interesses em jogo. Uma tarefa que conheceu resultados frustrantes ao longo de mais de duas décadas. Tratava-se de um *casamento* entre Portugal e França, anunciado durante anos, mas que teimava em não se realizar. Somente em 1666, quando já muitos o não esperavam, a França aceitou estabelecer essa liga formal com os ainda então considerados «rebeldes portugueses». Nas bodas de Afonso VI de Portugal e de Maria Francisca de Sabóia, celebradas em finais de Agosto daquele ano, a França clarificou enfim a sua posição face aos rebeldes portugueses, assumindo-se como aliado formal deles.

Contudo, o caminho até essa aliança ficou marcado por inúmeros desencontros entre os dois reinos, e o Congresso de Münster foi, talvez, o evento que mais evidenciou a debilidade dos sequazes do duque de Bragança face aos complicados interesses da política europeia. Entre 1643 e 1649 tal «Congresso» reuniu representantes de quase todas as nações envolvidas na «Guerra dos Trinta Anos», e destinava-se a pôr termo a esse conflito. Havia que reconciliar nações com antagonismos profundos: de um lado estavam Filipe IV (rei de Espanha) e Fernando III (imperador do Sacro Império Romano-Germânico), unidos sob o signo da Casa de Áustria; do outro, encontravam-se a França e a Suécia. As Províncias Unidas também participaram nas negociações, mas cedo demonstraram não estar dispostas a alinhar completamente nem com espanhóis nem com franceses ou suecos, mantendo sempre uma postura algo ambígua e imprevisível.

Apesar do seu estatuto de «rei rebelde», D. João IV mostrou-se logo interessado em tomar parte nesse importante evento internacional e apressou-se a enviar emissários, os quais acabaram por ficar na Vestefália entre 1644 e 1648. Os esforços movidos pelos enviados portugueses, durante esses quatro anos, deixaram uma forte recordação, a qual ainda hoje é bem visível na documentação resultante da sua frenética actividade, destacando-se a volumosa correspondência entre eles trocada⁴ e também as diversas obras de carácter propagandístico que fizeram publicar. Tais obras possuem um interesse muito especial, pois boa parte delas foram concebidas por homens que participaram activamente nas negociações de paz.

É dessa intensa actividade que este estudo dá conta, partindo das conclusões resultantes dos trabalhos disponíveis sobre o tema, mas agora enriquecidas com informação recolhida em documentação de proveniência vária e pouco explorada. Será dedicada uma atenção especial aos impressos – textos e imagens – publicados durante e depois o Congresso. Para além do seu valor como testemunho das posições assumidas pelos actores principais, tais impressos constituem gestos com forte significado político, palavras e imagens de carácter militante e com a ambição de persuadir o público a quem se destinavam.

1. *Os protagonistas.*

O perfil dos representantes dos «rebeldes de Portugal» no Congresso da «paz geral» foi já razoavelmente traçado nos principais estudos dedicados ao tema, em especial por J. Ramos Coelho, Edgar Prestage e, mais recentemente, Eduardo Brazão⁵. Em Münster estiveram presentes Luís Pereira de Castro⁶ e Francisco de Andrade Leitão⁷, dois juristas com o estatuto de plenipotenciário conferido por D. João IV; para Osnabrück foram destacados Rodrigo Botelho de Moraes⁸ – o qual adoeceu e acabou por morrer em terras germânicas –, e Cristóvão Soares de Abreu⁹, ambos também plenipotenciários. Importa sublinhar que este estatuto de «plenipotenciário» era apenas reconhecido pelo duque de Bragança e pelos seus partidários, pois nenhuma das potências presentes em Münster reconheceu de forma aberta e decidida, e até às últimas consequências, a sua condição de diplomatas com poder para se sentarem à mesa de negociações. Nas instruções para Münster, D. João IV exortava cada um dos seus enviados a não assumir uma posição submissa, mas antes a comportar-se sempre com a autoridade de enviados com plenos poderes¹⁰.

Entretanto, em Paris, e como responsáveis pelas manobras diplomáticas de «retaguarda», encontravam-se o embaixador D. Vasco Luís da Gama, marquês de Niza¹¹, e D. Álvares Pires de Castro, marquês de Cascais, o qual, em Fevereiro de 1644, havia partido para França como embaixador extraordinário¹². António Moniz de Carvalho, secretário do marquês de Niza e mais tarde *residente* em Paris, acompanhou atentamente as negociações em Münster e revelou-se muito empenhado na pressão que exerceu sobre os ministros franceses, com quem falava em castelhano ou em latim.

Observadores ainda mais distanciados eram o infante D. Duarte e Francisco Taquet, um «agente» ao serviço de Portugal em Itália. O primeiro, prisioneiro dos castelhanos em Milão devido ao facto de ser irmão do rebelde duque de Bragança, não deixou, por isso, de acompanhar as negociações e chegou mesmo a

fazer sugestões acerca de manobras ou tomadas de posição que deviam ser assumidas pelos diplomatas. Para desempenhar tal papel era imprescindível a informação que Francisco Taquet ia fazendo chegar às suas mãos: era ele quem lhe entregava a correspondência vinda de Münster e de Paris, e era o mesmo agente quem fazia chegar as cartas do infante até aos negociadores. Detentor de um papel tão crucial como este, Taquet acabou, também ele, por tecer frequentes considerações sobre o desenrolar dos acontecimentos em Münster, sendo ele quem assegurava a fundamental ligação ao mediador Contarini, por via do polígrafo e publicista Giovanni Battista Birago.

Entre os Portugueses afectos ao duque de Bragança vivia-se, desde o início, um clima de algum desalento. Às enormes dificuldades de uma viagem até Münster – o que tinha levado muitos oficiais portugueses a recusar a missão confiada por D. João IV¹³ – somavam-se a frequente falta de dinheiro, muito frio, ameaças por parte dos representantes do Sacro Império e dos espanhóis, e reduzidos contactos com Portugal. Para tornar a situação ainda mais complicada, no seio do grupo de portugueses o entendimento nem sempre foi fácil, sucedendo-se os conflitos, as zangas e as intrigas nos anos de permanência em terras germânicas. Por outro lado, para os emissários lusos a única forma de compensar as largas despesas feitas durante a missão no estrangeiro era a obtenção de mercês da parte do rei, uma vez regressados a Portugal¹⁴. Por esse motivo, entre os diplomatas em Münster e em Osnabrück era notória a rivalidade decorrente da ânsia por apresentar um protagonismo e uma folha de serviços o mais completa possível – uma emulação que constituiu outro factor de tensão e conflito.

Não nos podemos esquecer de que se tratava de uma equipa de diplomatas pouco experientes, aquela que iria enfrentar a poderosa e experimentada diplomacia da Casa de Áustria – que contava com figuras tão prestigiadas como don Diego de Saavedra Fajardo, ministro com traquejo e provas dadas na cena política europeia durante a década de 1630, e que fora nomeado encarregado da embaixada de Filipe IV no Congresso de Münster, em 11 de Julho de 1643¹⁵. Don Diego levava ordens expressas para não admitir nenhuma referência aos acontecimentos de Portugal, e muito menos aceitar que os enviados lusos participassem nas discussões como plenipotenciários *de facto* do revoltoso rei de Portugal, uma tarefa em que foi coadjuvado pelos representantes do imperador Fernando III, sobretudo pelo conde Maximilian von Trauttmansdorff e por Isaak Volmar. Importa sublinhar que entre os diplomatas da Casa de Áustria estavam alguns dos nobres portugueses que tinham permanecido fiéis a Filipe IV, destacando-se D. Manuel de Moura Corte-Real, marquês de Castelo-Rodrigo¹⁶.

Para além de afrontar os enviados do duque de Bragança, competia a Saavedra Fajardo e aos demais embaixadores de Filipe IV – como Gaspar de

Bracamonte y Guzman, conde de Peñaranda, ou Antoine de Brun, procurador-geral do ducado de Borgonha –, não só impedir o acordo entre as Províncias Unidas e a França, mas também a espinhosa missão de enfrentar as manobras dos enviados franceses, entre os quais pontificavam Henry de Orleans, duque de Longueville e de Estouteville, Claude de Mesmes, conde d'Avaux, e Abel de Servien, conde de la Roche des Aubiers¹⁷. Inicialmente, os ministros franceses mostraram-se empenhados em afrontar a posição espanhola, apresentando-se como defensores – ainda que nem sempre muito convictos – das causas catalã¹⁸ e portuguesa. D'Avaux, perspicaz, actuava ao sabor das oscilantes ordens de Paris – diligentemente enviadas pelo secretário de estado francês, Brienne, e nalguns casos até pelo próprio Cardeal Mazarin –, defendendo Portugal e a Catalunha com uma convicção relativa, instável e conjuntural. Servien, pelo contrário, e talvez devido aos avultados subornos que foi recebendo de Pereira de Castro, sempre pareceu mais favorável à causa do duque de Bragança. Mas à medida que as negociações avançavam, a posição portuguesa foi ficando cada vez mais desprotegida, como teremos oportunidade de mostrar.

Quanto à representação sueca, partiu para as negociações como apoiante do duque de Bragança, e contava, entre outros diplomatas, com Johann Axelsson Oxenstierna, conde de Södermöre e filho do chanceler Axel Oxenstierna, e com o chanceler Johan Adler Salvius¹⁹. Vários mediadores, em Münster como em Osnabrück, lidaram mais directamente com as pretensões do duque de Bragança: Fabio Chigi, bispo de Nardo e Núncio Apostólico (mais tarde, em 1655, papa Alexandre VII), e Alvise Contarini, embaixador da República de Veneza²⁰.

2. *Negociações morosas (1643-44).*

A negociação começou mal para os sequazes do duque de Bragança. As condições definidas pelo «tratado preliminar» de Hamburgo, assinado a 25 de Dezembro de 1641, limitavam a participação no Congresso de Münster a ministros com o estatuto de plenipotenciário, um estatuto reservado a enviados por príncipes ou instâncias reconhecidas pela comunidade internacional – o que, para júbilo de Filipe IV, excluía Portugueses e Catalães da mesa de negociações. O recém-revoltado Portugal contava apenas com o amparo mais ou menos decidido de Franceses e de Suecos. Foram, pois, estes dois reinos que levaram os Portugueses até à Vestefália, para que aí lutassem pela concessão de salvo-condutos e pelo reconhecimento do seu estatuto como participantes de pleno direito nas conversações. Pereira de Castro foi o primeiro a partir para Münster: em Junho de 1643 viajou com a comitiva francesa, graças aos esforços

do marquês de Niza, então embaixador em Paris²¹. Botelho de Morais, por seu turno, viajou com a comitiva sueca desde Estocolmo até Hamburgo. Andrade Leitão acabou por viajar sozinho, apesar de inicialmente ter planeado seguir com os representantes das Províncias Unidas, os quais acabaram por atrasar-se. Leitão, tal como Botelho de Morais, só chegou à Vestefália em 1644. Desde o ano anterior que os passos dados pelos enviados de D. João IV eram cuidadosamente seguidos pelos imperiais, os quais recebiam informações regulares dos seus agentes disseminados pelo Norte da Europa²².

Para os representantes portugueses havia três objectivos especialmente importantes: conseguir que o país fosse admitido nas negociações como parte independente da coroa espanhola; alcançar a inclusão de Portugal no tratado de paz que resultasse do Congresso (e, conseqüentemente, acautelar as colónias portuguesas); obter a libertação do infante D. Duarte, irmão do duque de Bragança, preso em Milão e sob o controlo das forças espanholas. Este último ponto marcou presença nas diferentes fases do Congresso, sem que se chegasse a uma solução satisfatória. Os Portugueses, por intermédio de Franceses e Suecos, ainda propuseram uma troca de prisioneiros resultantes da batalha de Jankau (Março de 1645); ofereceram 200 000 cruzados pela libertação do infante; chegou-se ao ponto de sugerir a troca de D. Duarte pelo arcebispo de Praga, aprisionado pelos Suecos algum tempo antes²³; e até ao final do Congresso sucederam-se os pedidos de libertação do infante. Contudo, nenhuma destas propostas foi aceite, e o desafortunado irmão do duque de Bragança acabou por morrer no seu cárcere milanês²⁴.

A questão do infante D. Duarte não conheceu, portanto, qualquer desenvolvimento positivo até ao final do Congresso²⁵. Vejamos o que se passou com os demais objectivos que levaram os portugueses até Münster. Logo nas reuniões preliminares, os representantes espanhóis optaram pela resistência sistemática contra os enviados do duque de Bragança: bem ladeados pelos ministros imperiais, inviabilizaram toda e qualquer proposta a favor da causa brigantina apresentada por suecos ou franceses, movendo diligências para que o nome do «tirano de Portugal» não fosse mencionado nos documentos oficiais²⁶.

A documentação que nos dá conta das movimentações diplomáticas que acompanharam este Congresso mostra-nos que a esperança portuguesa concentrou-se no apoio prometido pela França. Foi nos representantes deste reino que os rebeldes portugueses mais investiram, e acabou por ser com eles que mais profundamente se desiludiram. Começámos por assinalar que uma das primeiras iniciativas da diplomacia «rebelde» havia sido buscar uma aliança com os franceses²⁷. Contudo, na agenda dos diplomatas portugueses também constava a ordem para perturbar um eventual acordo entre franceses e espanhóis em Müns-

ter – objectivo que acabou por ser alcançado, não tanto por mérito da acção lusitana, mas antes devido a desinteligências geoestratégicas mais gerais que desde há décadas opunham a França e a Espanha²⁸.

Perante a França e os seus ministros, a acção diplomática dos Portugueses assumiu uma dimensão concertada: a par dos esforços desenvolvidos em Münster, na retaguarda parisiense o marquês de Niza foi pressionando o secretário de estado Brienne, o Cardeal Mazarin e a própria regente Ana de Áustria para que não abdicassem do apoio a Portugal. Esta pressão foi continuada a partir de 1646 por António Moniz de Carvalho, secretário do marquês de Niza e nesse ano nomeado *residente* português em Paris.

As primeiras instruções dadas aos plenipotenciários de Luís XIII, corria o ano de 1643, recomendavam que deixassem para o final a negociação sobre Portugal e a Catalunha, apresentando esses problemas como não-prioritários para a diplomacia gaulesa. Porém, logo a seguir sublinhavam que era necessário preservar a liberdade de a França apoiar os reinos seus amigos (entre os quais estava D. João IV). Esta ambiguidade não passou despercebida a Luís Pereira de Castro, o qual, num escrito de 1643 sobre as negociações de Münster, considerava «deziguaes» as condições impostas por França a Portugal, antevendo a extrema instabilidade desse apoio²⁹. Os acontecimentos acabariam por dar-lhe razão.

O ano de 1644 revelou-se bastante agitado para a causa do duque de Bragança. Logo em Fevereiro, Isaak Volmar, representante do Império, afirmou veementemente que os portugueses não podiam entrar nas negociações por não possuírem o mandato de um príncipe internacionalmente reconhecido. Os protestos dos imperiais recrudesceram em Março, quando souberam da breve chegada de Botelho de Moraes a Hamburgo, integrado na comitiva de Oxenstierna, de quem se fizera amigo – um facto que mais preocupou os representantes de Fernando III. Desde Viena, a resposta do imperador foi um claro e decidido protesto contra a presença dos portugueses naquelas paragens, negando-lhes qualquer reconhecimento oficial ou salvo-conduto. Mas mesmo sem estar na posse da necessária creditação, Botelho de Moraes chegou a Osnabrück em meados de Maio de 1644, onde permaneceu sob apertada vigilância dos imperiais.

O outro português enviado por D. João IV, Francisco de Andrade Leitão, continuava em Haia à espera de reunir condições para viajar em segurança até Münster. Sem esconder a sua irritação ante os atrasos que a sua missão vinha sofrendo, iniciou aí uma série de contactos tensos e até mesmo conflituosos com os franceses. Com efeito, Andrade Leitão exigiu desde o início o tratamento de plenipotenciário (ainda que nenhum outro negociador o reconhecesse como tal), pois considerava que era também a reputação do novo rei de Portugal e dos seus ministros que estava em jogo. Os franceses, que o achavam demasiado

arrogante e de temperamento difícil, recusaram-lhe tal pretensão, para extrema irritação do português, que aliás aumentou quando soube que Pereira de Castro aceitara entrar em Münster integrado na comitiva francesa, como se de um «criado» se tratasse³⁰. Assim, quando a vinda de Leitão foi por fim autorizada, em 23 de Julho de 1644, o português fez questão de anunciar que iria fazer a sua entrada em Münster com a solenidade própria de um plenipotenciário, notícia que muito atemorizou os franceses, receosos de que tal atitude deitasse a perder o que até aí tinha sido alcançado à mesa das negociações. Leitão não se intimidou, afirmando preferir ser um «velho gaiteiro» a um servidor submisso dos franceses³¹. Chegou a Münster em finais de Setembro, sempre sob a vigilância dos imperiais, mas abdicando do seu propósito de entrar na cidade com a solenidade de embaixador. A sua chegada foi discreta e decorreu sem incidentes.

Em meados de Maio de 1644 teve início a verificação dos poderes trazidos pelos diversos enviados. Na ocasião, os franceses protestaram contra o facto de Filipe IV se intitular «rei de Navarra e Portugal, e Conde de Barcelona»³², alegando que tais territórios já não estavam sob a alçada do monarca espanhol. Apresentaram depois sucessivas propostas para que os assuntos de Portugal fossem discutidos à mesa das negociações. A resposta de espanhóis e imperiais foi inflexível: Portugal, apoiado pela França, iria ser um obstáculo à paz geral. Procuraram, por isso, convencer os franceses a abdicar do apoio a D. João IV³³.

De facto, nas semanas que se seguiram pouco se avançou nas negociações, o que desalentou todos os diplomatas em Münster como em Osnabrück. Em diversos passos da sua correspondência, Botelho de Moraes manifesta não só o tédio provocado pelo lento caminhar dos «negócios da paz», mas também o medo que quotidianamente sentia na cidade de Osnabrück, onde a cavalaria do bispo de Bremen o ameaçava continuamente devido ao seu estatuto duvidoso, ou seja, por não possuir um salvo-conduto. Moraes não conseguiu sequer ser recebido por Auersperg, o representante do imperador Fernando III que, à semelhança dos demais aliados de Espanha, insistia em considerar os enviados do duque de Bragança como «rebeldes» contra o seu rei³⁴. O único evento que parecia consolar Moraes era o caloroso acolhimento dispensado pelos suecos, a quem elogiava bastante e de quem parecia esperar, pelo menos nesta fase, um apoio certo e incondicional para a causa do duque de Bragança³⁵. Em alguns momentos os suecos chegaram mesmo a tratar Botelho de Moraes como plenipotenciário, o que muito o alegrou e ainda mais aumentou a sua desilusão face aos franceses, que teimavam em não lhe conceder o tratamento de «excelência»³⁶.

Entretanto, os enviados suecos e franceses iam ajustando estratégias no tocante a Portugal, em estreita dependência das notícias que chegavam do teatro de guerra da Península Ibérica. Desde meados de 1644 estavam em curso

importantes operações militares na fronteira portuguesa, e pela Vestefália circulavam notícias contraditórias sobre o resultado desses combates. Era notório o interesse dos franceses em saber se as armas portuguesas eram capazes de alcançar vitórias sobre os exércitos espanhóis, e por isso insistiram junto de Leitão e de Castro para que a guerra movida contra Espanha não fosse apenas defensiva, mas ostensivamente ofensiva³⁷.

Em Outubro de 1644 Pereira de Castro e Andrade Leitão por várias vezes solicitaram uma audiência com os mediadores Chigi e Contarini. Os pedidos nunca teriam sucesso, o que ainda mais os desmoralizou³⁸. De resto, o ambiente entre eles há muito que havia azedado: Leitão continuava aborrecido com os franceses por o não tratarem como plenipotenciário, e não perdoava a Pereira de Castro a sua passividade e «hipocrisia» ante aquilo que ele considerava serem os abusos dos enviados franceses³⁹. Desde Osnabrück, Botelho de Moraes subscrevia as críticas de Leitão contra Pereira de Castro⁴⁰ e duvidava da eficácia dos subornos que este último ia fazendo a Servien e a sua esposa⁴¹.

D'Avaux e Servien, também eles cada vez mais desentendidos, sofriam com a insistência de Andrade Leitão⁴². Em Paris, o conde da Vidigueira pressionava Mazarin e Brienne, levando este último a queixar-se da falta de paciência dos lusos⁴³, que pareciam esquecer-se de que os franceses continuavam a defender os direitos de D. João IV. A resposta dos imperiais a tais iniciativas, contudo, foi sempre dura e determinada: os portugueses não tinham o direito de estar em Münster⁴⁴. Encolerizado, Saavedra Fajardo ameaçou uma vez mais que abandonaria as negociações se o nome de Portugal fosse outra vez mencionado.

As festividades organizadas por Andrade Leitão a 1 e a 15 de Dezembro de 1644 foram os únicos eventos que contrariaram este clima de crescente pessimismo. Festejou-se então a «Restauração de Portugal» e o levantamento do duque de Bragança como rei de Portugal, em duas singelas cerimónias descritas pelo próprio Leitão, numa carta dirigida ao marquês de Cascais, e para as quais não foram convidados os franceses: «[a 1 de Dezembro] fiz aqui hum berindes a real aclamação de el rej nosso senhor, em que se acharão o Bispo da cidade, o Embaixador Luis Pereira de Castro, o Regente de Catalunha o *Residente* de Suecia, o guardião de S. Francisco o Vigario do Conuento de Santo Antonio todos trouxerão seus adherentes e berindarão desde o meyo dia te sinco da tarde de sorte que não perecem por falta de saude. Aos quinze em que tomou o sceptro fiz outra comemoração para que somente conuidej ao embaixador Luis Pereira com os de sua familia que podião ter lugar na mesa; E hontem estieue com elle muita parte do dia E da noite assi gasto muito e são esses os melhores que eu tenho E os mais alegres; elle como religioso he mais retirado, menos andeio [...] [Os franceses não estavam no brinde] porque lhes não quero dar na

minha mesa o lugar que me não hão de dar na sua: porque te agora tomauão a cabeceira com cadeira d espaldas E dauão abaixo hum tamborete a Luis Pereira...»⁴⁵.

Andrade Leitão acrescenta que, por esse preciso motivo, tinha recusado vários convites de d'Avaux, alegando estar com catarro.

3. «*França e Portugal desinteressados na paz*».

Nos últimos dias do ano de 1644 a causa do duque de Bragança na Vestefália sofreu um importante revés: Rodrigo Botelho de Morais faleceu, vítima de doença provocada pelo frio extremo que naquele inverno se fez sentir no Norte da Alemanha⁴⁶. Os portugueses perdiam o seu principal interlocutor com o sueco Oxenstierna, e a partir daí foi esmorecendo o apoio que a Suécia lhes havia dispensado⁴⁷. D. João IV deixava de ter um representante em Osnabrück, e os franceses logo propuseram a passagem de Andrade Leitão para aquela cidade – uma proposta pouco inocente, relacionada decerto com as más relações que mantinham com este enviado⁴⁸.

Logo nos primeiros dias de 1645 o cadáver de Botelho de Morais foi capturado nas imediações da cidade pelos cavaleiros do bispo de Osnabrück. A captura, solicitada pelos espanhóis, foi dirigida pelos imperiais e visava a apreensão dos papéis do desafortunado português⁴⁹. Tal incidente suscitou veementes protestos da delegação sueca, que durante semanas exigiu a devolução do corpo de Morais, acabando por resgatá-lo.

Como sugerimos, também a Suécia começou por demonstrar um certo empenho na defesa dos interesses portugueses, talvez animada pela rivalidade que mantinha tanto com imperiais como com neerlandeses. Porém, com o decorrer das negociações os escandinavos foram retirando, de modo discreto, o apoio inicialmente prometido a D. João IV⁵⁰. A relutância dos portugueses em ceder partes das suas possessões coloniais a troco de um acordo deve ter pesado na decisão da Suécia, como de outros reinos. Perante a resposta negativa dos enviados do duque de Bragança, desaparecia qualquer promessa de ajuda⁵¹.

Talvez por isso, assistiu-se em 1645 a uma inflexão na estratégia do duque de Bragança na Vestefália: a par da pressão francesa, os portugueses procuraram captar as atenções dos dois mediadores de serviço, os representantes da Santa Sé e de Veneza. Até aí, o veneziano Contarini tinha-se mostrado pouco sensível à causa do duque de Bragança, ao contrário do nuncio Chigi, aparentemente mais disponível para escutar os portugueses. Em Janeiro, o nuncio-mediador

intercedeu mesmo por Portugal junto de Nassau e Volmar (enviados do imperador), o que levou Servien a mostrar-se optimista quanto à disposição de Chigi⁵². No mês seguinte, Contarini dedicou, por fim, alguma atenção aos portugueses, sugerindo a Servien que a trégua com Espanha seria a única solução para Portugal⁵³. Os esforços dos mediadores, contudo, pouco adiantaram: imperiais e espanhóis não chegaram sequer a vacilar, e nem uns nem outros aceitaram falar directamente com os portugueses, a menos que estes aceitassem apresentar-se com o estatuto de *privatcavallier* ou *privatperson*, como foi proposto por Volmar⁵⁴.

Entretanto, um outro dado complicou ainda mais a situação: a recusa em tratar os portugueses como plenipotenciários não se limitou ao campo dos adversários do duque de Bragança. Também os franceses, como vimos, hesitaram na concessão de tal tratamento, e essa hesitação foi confirmada por uma instrução de Brienne de Março de 1645⁵⁵. Mesmo assim, em meados desse ano Servien decidiu tratar os portugueses como embaixadores, ainda que timidamente – apenas em suas casas⁵⁶ – e sem que tal implicasse a concessão de salvo-condutos⁵⁷. Porém, a partir desta altura era já evidente a disposição dos franceses em deixar Portugal para o final das conversações, atitude naturalmente mal recebida pelos portugueses, que logo protestaram, em Münster e em Paris, ao ponto de o próprio Brienne se mostrar muito incomodado com toda a pressão a que estava a ser submetido⁵⁸. Na ocasião, os franceses classificaram os lusos como «ingénuos e impulsivos»⁵⁹.

As oscilações na postura de d'Avaux e Servien não passaram despercebidas a imperiais e a espanhóis, os quais, valendo-se disso, em várias ocasiões procuraram dissuadi-los da protecção dos portugueses. Em Agosto as negociações estavam totalmente bloqueadas e correram rumores de que a França iria abandonar Portugal. Os desmentidos não tardaram, o que não impediu que o ambiente se adensasse ainda mais entre os negociadores. Como acabámos de sugerir, os espanhóis rapidamente perceberam quão frágil era o empenho dos franceses. Sabiam bem que esse apoio tinha, essencialmente, duas finalidades: enfraquecer a posição de Filipe IV e manter um certo ascendente da influência francesa em Portugal, numa altura em que a Inglaterra cada vez mais fazia sentir a sua presença junto de D. João IV⁶⁰.

À semelhança da Suécia, o apoio da França às pretensões portuguesas não era desinteressado: em diversas ocasiões os ministros franceses reclamaram em troca alguma praça na Índia, em África ou no Brasil⁶¹; pediram auxílio militar na Catalunha; apelaram à intensificação da pressão militar portuguesa na fronteira galega, castelhana e andaluza, e à manutenção de uma guerra ofensiva nesses territórios. A resposta foi negativa: apenas a última das exigências francesas parecia admissível aos rebeldes portugueses, os quais não queriam mostrar-se

dispostos a negociar à custa das colónias⁶², e muito menos lhes interessava combater na Catalunha, numa guerra e por uma causa com a qual simpatizavam mas que não consideravam sua⁶³.

Nos últimos meses de 1645 sucederam-se as acusações de que Portugal era um obstáculo à paz e de que a França não estava sinceramente interessada na obtenção de um acordo⁶⁴. Os espanhóis esforçavam-se por apresentar a França como a grande responsável pela inacção do Congresso, cujas reuniões se arrastavam durante meses a fio sem resultados. Nessa altura, os enviados de D. João IV voltaram a pedir salvo-condutos, uma solicitação que até o duque de Longueville considerou totalmente inviável⁶⁵. O pessimismo imperava entre os franceses, e a Brienne restava apenas a esperança de uma trégua luso-espanhola, pois a inclusão de Portugal no tratado parecia impossível de alcançar.

Ainda assim, no fim do ano os franceses conseguiram relançar a discussão sobre o tema; os mediadores italianos encararam então a hipótese de reconhecer oficialmente os enviados portugueses, o que provocou a fortíssima oposição dos enviados de Filipe IV. A 18 de Novembro de 1645, no papel intitulado «Sobre las Diligencias que ha hecho para estorbar que los medianeros en sus proposiciones no incluyan al Tirano de Portugal», escrito em Münster, Saavedra Fajardo mostrava-se inquieto acerca do ânimo dos embaixadores de Veneza e da Santa Sé. Porém, o mediador da Santa Sé, o nuncio Fabio Chigi, e o veneziano Alvisé Contarini rapidamente arripiaram caminho, voltando a alinhar com a posição espanhola no tocante a Portugal⁶⁶.

Em Dezembro suecos e franceses pediram, uma vez mais, passaportes para os enviados portugueses. Espanha ripostou com a já habitual ameaça de retirada da mesa de negociações de Münster⁶⁷. E num texto posto a circular nesta cidade, intitulado «Discurso para refutar la demanda de Franceses y suceses a los Estados del Imperio, en que se conçedan passaportes á los Diputados del Tyranno de Portugal para uenir a este Congresso de la paz general»⁶⁸, os enviados espanhóis invocavam uma vez mais o disposto no tratado preliminar de Hamburgo, que excluía automaticamente Portugal. Do seu ponto de vista estava fora de questão voltar aos preliminares, cinco anos volvidos, «mucho menos en lo de conçeder á los Rebeldes de Portugal, lo que pretienden agora tan fuera de rason, tiempo, y justiça». Mais à frente explicam esse ponto de vista: «su proposición offiende á quantos Prínçipes legitimos y Soberanos ai en el mundo, de quien la dignidad peligra si los deputados de vn Reçien vsurpador, de vn vassallo Rebelde, han de passar por embaxadores, ó personas publicas, y que assi sea licito a los sujetos de qualquier estado, leuantar se contra sus soberanos, y al conspetto de otros Potentados traer como trofeos los despojos de la soberania que uienen de hurtar a su Prínçipe natural»⁶⁹.

Por seu turno, ante os pedidos de salvo-conduto para os representantes de D. João IV, o imperador «dixo expresamente que ningun Rey de Portugal conocia, sino don Felipe quarto Rey de España, su Primo, y Cuñado...»⁷⁰. Aos olhos de espanhóis e seus aliados, conceder tal salvo-conduto aos enviados do duque de Bragança, um rebelde que se auto-intitulava rei – ainda que não reconhecido pela Santa Sé –, equivalia a premiar o acto de rebelião contra um príncipe legítimo, e a desonrar aqueles que permaneciam fiéis ao seu rei. À França só ficava mal defender uma causa tão iníqua como a de «un tirano como el duque de Berganza»⁷¹.

Da parte dos embaixadores espanhóis que participaram no Congresso, a principal preocupação face a Portugal consistia, portanto, em que nada relativo aos rebeldes portugueses «manchasse» o texto do tratado, nem sequer o nome do infante D. Duarte⁷². Por várias vezes os plenipotenciários de Espanha recordaram que só tinham vindo até Münster depois de lhes ter sido prometido, e jurado, que a questão de Portugal nunca seria abordada⁷³.

4. *Em busca de uma trégua (1646-48).*

No ano de 1646 as Províncias Unidas iniciaram a sua participação nas negociações de Münster. O duque de Bragança e os neerlandeses tinham firmado uma trégua cinco anos antes, mas, apesar disso, os combates continuaram em vários pontos do ultramar, sobretudo no Brasil e em África. Nos anos que se seguiram, os diplomatas enviados a Haia esforçaram-se por alcançar um acordo que fizesse calar as armas no Brasil, enquanto na Vestefália Leitão e Castro procuraram captar a atenção dos legados das Províncias Unidas: em Janeiro de 1646 o conde de Peñaranda escreveu, com enfado, que quando os deputados da Holanda chegaram a Münster logo os franceses os forçaram a ir para «sus carrosas y de las de los ministros de Portugal con los quales entraron»⁷⁴. Em Maio desse mesmo ano, correram rumores de que os portugueses e as Províncias Unidas estavam perto de um acordo; e a 7 de Junho, os enviados neerlandeses intercederam por D. João IV, ao que os representantes de Filipe IV responderam negativamente, mostrando-se bastante escandalizados com tal iniciativa⁷⁵.

Mas à medida que o Congresso foi decorrendo, também os enviados neerlandeses se distanciaram do duque de Bragança e aproximaram dos diplomatas de Filipe IV. Pela mesma altura circularam boatos de que a França iria abandonar Portugal, e o temor apoderou-se dos portugueses que estavam em Münster. O acordo provisório firmado entre os espanhóis e as Províncias Unidas – em 8 de Janeiro de 1647 – ainda mais debilitou a posição portuguesa, afligindo bastante

os enviados de D. João IV⁷⁶. Falava-se, com crescente insistência, na possibilidade de tal acordo ter envolvido a cedência, por parte da Espanha, de certos territórios brasileiros aos holandeses⁷⁷. Importa lembrar que a questão de Pernambuco continuava por resolver, e em finais de 1646 alguns dos enviados neerlandeses afirmaram-se dispostos a retomar a ofensiva contra Portugal⁷⁸. Os últimos meses do ano poucas novidades trouxeram para a causa do duque de Bragança: em Münster suecos e franceses continuaram a interceder pelos portugueses, chocando com a inabalável recusa de imperiais e de espanhóis, agora liderados pelos condes de Trauttmansdorff e de Peñaranda (este último mostrou-se especialmente irritado com a insistência francesa⁷⁹); os diplomatas lusitanos voltaram a «atormentar» Brienne, em Paris⁸⁰; D. João IV propôs novos nomes para Osnabrück: D. Luís de Portugal esteve nomeado para plenipotenciário ao Congresso, mas foi Cristóvão Soares de Abreu quem, a contragosto, acabou por ocupar o lugar deixado vago em Osnabrück⁸¹.

A partir de 1647 – ou seja, já na fase final do Congresso – o acordo entre franceses e espanhóis em Münster parecia cada vez mais difícil de alcançar, não obstante as cedências gaulesas, cujos diplomatas chegaram a concordar com a omissão de todas as referências a Portugal, num dos últimos projectos de tratado que as respectivas embaixadas trocaram entre si. De resto, desde finais do ano anterior que os portugueses se sentiam completamente desenganados face aos reinos que tinham prometido apoio para a sua causa. As próprias reivindicações dos representantes franceses desceram de tom: apenas pediam uma trégua de 10 ou 12 anos para Portugal⁸², proposta que os neerlandeses não apoiaram e que os espanhóis naturalmente consideraram indigna de ser discutida. A posição espanhola permanecia inalterável: o conselheiro Brun continuava a insistir para que a palavra *Portugal* fosse banida de todo e qualquer eventual tratado a firmar com os franceses⁸³.

Em suma, repetia-se aquilo que tinha ocorrido ao longo de todo o Congresso: o apoio a Portugal, inicialmente prometido por alguns dos inimigos da Casa de Áustria, era retirado sempre que tal promessa vinha estorvar o acordo entre os intervenientes no Congresso. Os franceses nunca encararam as reivindicações sobre Portugal como uma questão de fundo – dando até mais importância e urgência à questão catalã –, acabando por ceder à estratégia espanhola de adiar ou recusar a discussão sobre esse ponto⁸⁴. Perante tal situação, num acto quase desesperado, D. João IV enviou o marquês de Niza a Paris em Janeiro de 1647, com a missão, entre outras, de subornar Mazarin e demais ministros franceses⁸⁵.

Entretanto, a situação dos representantes do «Portugal rebelde» em Münster estava praticamente bloqueada: os novos mediadores eram neerlandeses⁸⁶, e os projectos de tratado trocados entre franceses e espanhóis continuavam a provo-

car grande controvérsia devido às menções a Portugal que os primeiros pretendiam introduzir⁸⁷. Em Março os espanhóis redobram as promessas de auxílio militar a Veneza, na sua guerra contra os Turcos, um apoio que levaria o mediador veneziano a aproximar-se ainda mais de Filipe IV⁸⁸. Perante estes acontecimentos, os pessimistas enviados franceses diminuíram drasticamente o alcance dos seus pedidos para Portugal: em inícios de Abril pediam um só ano de trégua e no final do mês esse prazo tinha descido para 6 meses⁸⁹. No mês seguinte, os espanhóis recusaram definitivamente todos os pedidos de trégua, ao mesmo tempo que se abria uma nova campanha de descrédito da França, de novo apresentada como desinteressada na paz⁹⁰. Significativamente, nessa ocasião também os portugueses se voltaram contra os franceses: em Paris como em Münster, parecia já claro que França se preparava para deixar Portugal fora dos tratados. As declarações dos diplomatas lusitanos tornaram-se, então, mais agressivas⁹¹.

Pouco se falou em paz nos últimos meses de 1647. O impasse estava uma vez mais instalado, e a França, juntamente com a questão portuguesa, foi por todos responsabilizada por isso⁹². Para os sequazes de D. João IV, era claro que os seus problemas teriam de ser resolvidos em Paris, pois na Vestefália os inimigos do duque de Bragança falavam já abertamente em guerra, e não em paz – como era o caso dos neerlandeses, contra quem Portugal continuava a combater na América do Sul⁹³. Aos poucos os enviados foram deixando Münster, e o mesmo começaram a fazer os portugueses, por entre ressentidas acusações contra a ineficácia dos esforços franceses, e quase arruinados pela desorganizada rede de contactos responsável pelo seu abastecimento⁹⁴. No grupo de enviados por D. João IV vivia-se agora um péssimo ambiente, com Pereira de Castro a cortar relações com Andrade Leitão e com Soares de Abreu⁹⁵.

Para o Portugal do duque de Bragança, a prioridade era assim transferida para Paris, onde seria negociado, desde inícios de 1648, um «tratado de socorros» com França. A suspeita imperou nas negociações subsequentes entre Portugueses e Franceses, apesar de o esforço destes últimos ter prosseguido em Münster: em Setembro procuraram introduzir, sem sucesso, uma cláusula sobre Portugal no tratado entre a França, a Suécia e o Império. E a 14 de Outubro de 1648, aquando da assinatura do tratado de paz entre o Império e a Suécia – numa altura em que os enviados de Espanha já haviam deixado a Vestefália –, o nome de Portugal acabou mesmo por ser omitido devido à pressão dos representantes do imperador. Nos vários acordos bilaterais firmados entre os reinos presentes no Congresso, os enviados franceses procuraram, em um derradeiro esforço, incluir uma menção a D. João IV, mas sem êxito.

5. *Um fracasso diplomático?*

Para os portugueses que ainda se encontravam na Vestefália, terminava de forma inglória esse «purgatorio ou inferno de Osnabrugh», palavras do cristão-novo Lopo Ramirez, um dos comerciantes encarregados de financiar os enviados do duque de Bragança ao Congresso⁹⁶. «Pouco se fez nesses congressos, – refere o mesmo Lopo Ramirez, em carta datada de Amesterdão em Fevereiro de 1648 e enviada para Cristóvão Soares de Abreu, – e creio que só delles saíra acordada Castella com este estado...»⁹⁷.

Para Jover Zamora e López-Cordón Cortezo, todavia, a presença da diplomacia portuguesa no complexo palco de negociações da Vestefália acabou por ser importante, pela determinação demonstrada e, sobretudo, pelo muito que aprendeu acerca da labiríntica teia de interesses entre os diversos reinos da Europa. Nas palavras desses estudiosos, para os diplomatas portugueses tratou-se de uma verdadeira «redescoberta da política europeia»⁹⁸.

Mas é inegável que o Congresso se saldou por um dos mais amargos fracassos da diplomacia dos rebeldes portugueses. Embora a maioria dos estudiosos espanhóis encare Münster como o início da *decadencia* de Espanha, o certo é que, face às pretensões do duque de Bragança, a estratégia dos ministros de Filipe IV foi bastante eficaz e acabou por triunfar na sala de negociações, de cuja antecâmara os enviados portugueses não chegaram a passar. A esse nível, a vitória espanhola foi clara, como reconhecia o conde de Peñaranda em 15 de Outubro de 1646: «la gran victoria que habemos alcanzado [...] en conseguir que no se hable de Portugal»⁹⁹. É também inegável que o fracasso de Münster provocou uma perda de confiança dos grupos mais influentes – financeiros, comerciantes e aristocratas – que apoiavam os rebeldes portugueses.

Contudo, o resultado foi menos claro no que toca à publicitação e repercussão desse evento diplomático que, pela primeira vez, reuniu à mesa das negociações quase todas as nações da Europa. Os retratos de dois dos enviados portugueses foram incluídos na série iconográfica intitulada *Celeberrimi ad pacificandum Christiani Nominis orbem Lebatii Monasterium et Osnabrigas ex omni pena gentium nationumque genere missi ad vivum Anselmi Van Hulle pernicillo expressi eiusque cura et aere per insignores huius aevi sculptores caelo representati* (Antuérpia, 1648), ao lado dos plenipotenciários que protagonizaram as negociações de Münster¹⁰⁰. O retrato de Luís Pereira de Castro faz-se acompanhar pela legenda «Serenissimi Regis Portugalliae ad Tractatus Pacis Unversalis Legatus Plenipotenciarius», e o mesmo título é atribuído a Francisco Andrade Leitão, acompanhado pela máxima «Melior est tuta Pax quam sperata victoria». A única informação de que hoje dispomos de reacções a estes retratos provém de Diogo Barbosa Machado.

Este estudioso setecentista conta que, ao visitar a casa de estampas F. Buffa & Fils, em Amesterdão, deparou com um exemplar desta série de retratos, o qual apresentava o seguinte comentário manuscrito ao lado do retrato de um dos portugueses: «Este es el Embaxador que fue a Munster per el Duque de Bragança, Intruso, Rey de Portugal, y aunque esta aqui con los demas Embaxadores no tubo voz ni voto en el congreso ni fue oydo en materia ninguna, de que doy fee con testigo de vista»¹⁰¹. O historiador da arte Ernesto Soares atribui este escrito ao Conselheiro Brun, como vimos, um dos mais destacados representantes da Casa de Áustria em Münster¹⁰².

- 1 Um providencialismo que acompanhou muitos eventos subsequentes à revolta de 1640, como assinalou F. Bouza Álvarez em «'Clarins de Iericho'. Oratoria sagrada y publicística en la Restauração portuguesa», *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporânea*, 7, 1986, pp. 13-31. Ao longo deste trabalho utilizaremos as seguintes abreviaturas: BNL=Biblioteca Nacional de Lisboa; AGS=Archivo General de Simancas; ANTT=Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa; BA=Biblioteca da Ajuda, Lisboa; BPADE=Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora; CO.DO.IN.= *Colección de documentos inéditos para la Historia de España*; APW=*Acta Pacis Westphalicae*, Münster, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung; QERPDP=Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo, desde o Princípio da Monarchia Portuguesa até aos Nossos Dias*, IV, Paris, em Casa de J. P. Aillaud, 1843.
- 2 Sobre Gregório de San Martín, cfr. Inocêncio F. da Silva, *Dicionário Bibliográfico*, III, 1859, p. 164. Na década de 1620 San Martín destacara-se como autor de poemas apologéticos da monarquia hispânica, como por exemplo *El triunfo mas famoso que hizo Lisboa en la Entrada del rey D. Filipe III de España...*, Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1624; e um poema laudatório dedicado à «Restauración de la Bahía», publicado em *Todo lo Bveno Aplaxe...*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1628, pp. 30 segs.
- 3 Uma imagem enunciada por António Moniz de Carvalho no seu livro *Francia interessada con Portugal en la separacion de Portugal...*, Paris, Officina de Miguel Blageart, 1644.
- 4 Uma boa sistematização da documentação sobre esta temática, por E. Prestage, em «Ministros Portuguezes nas Cortes Estrangeiras no reinado de D. João IV, e a sua correspondência», *Revista de História*, 1915, pp. 218-28; veja-se também M. B. Amzalak, *As Relações Diplomáticas entre Portugal e a França no Reinado de D. João IV*, Lisboa, 1934; a parte principal desta documentação encontra-se na BPADE, nos códices CVI/2-1 a CVI/2-9.
- 5 Cfr. E. Prestage e K. Melander, *The Diplomatic and Commercial Relations of Sweden and Portugal from 1641 to 1670*, Watford, 1930; E. Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, Coimbra, 1928; id., «As duas Embaixadas do 1.º Marquês de Niza a França (1642 a 1646, 1647 a 1649)», *O Instituto*, 66 (1919), pp. 225-41; os trabalhos de Eduardo Brazão: «A acção diplomática de Portugal no Congresso de Vestefália», *Anais*, Lisboa, VII (1942), pp. 491-533; id., *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII, I: 1640-1700*, Lisboa, 1979, que retoma muitos dos temas introduzidos pelo excelente livro de J. Ramos Coelho, *História do Infante D. Duarte, irmão de el-rei D. João IV*, Lisboa, 1889; veja-se, também, *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda* (3 vols., Lisboa-Coimbra, 1920-55), editada por Prestage, Azevedo e Coelho.
- 6 Pereira de Castro, desembargador do Paço e irmão do poeta Gabriel Pereira de Castro, foi enviado a Paris com a missão de negociar o casamento entre o filho do duque de Bragança, o

- príncipe D. Teodósio e a duquesa de Montpensiel, sobrinha de Luís XIII. Como é sabido, essa boda acabou por não se realizar. Nas instruções dadas a Pereira de Castro, pode ler-se que transportava jóias e dinheiro para oferecer a Mazarin e, se necessário, a plenipotenciários em Münster, a fim de conquistar o seu apoio para D. João IV (cfr. Brazão, *op. cit.*, 1942, pp. 498 segs.); a descrição da sua viagem chegou até hoje numa «Relação do que eu Luis Pereira de Castro... passei na Embaixada de França aonde fuy por Embaxador extraordinario, e na de Munster aonde fuy por Plenipotenciario ao Tratado geral da Paz», BNL, PBA 606 (existe uma cópia na BNL, cx. 199, n.º 42). Uma das melhores obras sobre as relações entre Portugal e a França neste período continua a ser a de M. B. Amzalak, *op. cit.*, 1934.
- 7 Depois de, nas décadas de 1620 e de 1630, ter percorrido o *cursus honorum* da administração da Coroa portuguesa, no período que se seguiu à revolta de 1640 Francisco de Andrade Leitão destacou-se como orador, pronunciando a *Oração recitada a 15. de Dezembro de 1640. no Auto do Juramento Del Rey D. João o IV* , Lisboa, Antonio Alvarez, 1641, e a «prática» nas Cortes de 1641 (a 29 de Janeiro). Pouco tempo depois participou na primeira missão diplomática de D. João IV para Inglaterra (BNL, cod. 282, fol. 284), tendo também passado algum tempo em Haia, a negociar com representantes das Províncias Unidas (BNL, Mss. 201, n.º 114). Para publicitar essa experiência, fez publicar um *Discurso político sobre se aver de largar a coroa de Portugal, Angola, S. Thome e Maranhão exclamado aos Altos e Poderosos Estados de Olanda...* , Lisboa, Antonio Alvarez, 1642.
 - 8 Botelho de Moraes foi despachado *residente* o duque de Bragança em Estocolmo. De acordo com Prestage e Mellander (*op. cit.* , 1930, pp. 48 segs.), o representante português chegou a privar com a rainha Cristina, passeando com ela pelas ruas de Estocolmo; a rainha tratava o duque de Bragança como «D. João IV, irmão, amigo e aliado» (*ibid.* , p. 50). Moraes partiu para Osnabrück em 3 de Novembro de 1643.
 - 9 Soares de Abreu era desembargador da Casa da Suplicação antes de partir para Osnabrück; foi também autor de um *Nobiliário* (1641), que inclui genealogias de diversas famílias francesas ilustres (BA, 49-XIII-32).
 - 10 Amzalak, *op. cit.* , 1934, p. 114.
 - 11 O marquês de Niza ocupava uma posição de «liderança», pois tinha poder para resolver as dúvidas dos legados em Münster, nas ocasiões em que não houvesse tempo de consultar os ministros de Lisboa – como consta da instrução para a sua embaixada extraordinária, de 26 de Setembro de 1646, BA, 51-II-28, fol. 106. Sobre a acção de D. Vasco Luís da Gama, cfr. Prestage, *art. cit.* , 1919.
 - 12 O marquês de Cascais foi enviado a Paris para apresentar as condolências pela morte de Luís XIII.
 - 13 Amzalak, *op. cit.* , 1934, pp. 106 segs.
 - 14 As despesas feitas pelos diplomatas portugueses eram pagas com dinheiro proveniente de três diferentes vias: os bens confiscados aos nobres portugueses que permaneceram fiéis a Filipe IV; os empréstimos e adiantamentos de dinheiro feitos pelos cristãos-novos de origem portuguesa residentes nas Províncias Unidas; o património particular de cada um dos enviados. Jerónimo Nunes da Costa, cônsul de Portugal em Hamburgo, foi um elemento importante no sistema de pagamentos para os enviados portugueses a Münster e a Osnabrück.
 - 15 Cfr. Diego de Saavedra Fajardo, *Obras Completas* , recomp. por Á. González Palencia, Madrid, 1946, p. 83; Q. Aldea Vaquero, ed., *España y Europa en el siglo XVII. Correspondencia de Saavedra Fajardo* , Madrid, 1986; e CO.DO.IN., sobretudo os tomos 82 a 84.
 - 16 Não podemos esquecer que parte das despesas dos enviados de D. João IV a Münster estavam a ser pagas pelos bens confiscados justamente às casas de Castelo-Rodrigo e de Tarouca. Este foi um dado que ainda mais radicalizou o antagonismo entre os diplomatas da Casa de Áustria e os enviados do Portugal rebelde. Acerca do papel desempenhado pelos nobres portugueses que permaneceram fiéis a Filipe IV, durante a década de 1640, cfr. F. Bouza Álvarez, «Entre dos Reinos, una Patria Rebelde. *Fidalgos* portugueses en la Monarquía Hispánica después de 1640», *Estudios* , 20, 1994, pp. 83-103.

- 17 Sobre a postura de Espanha no Congresso de Münster, cfr. F. Sánchez Marcos, «Der Westfälische Friede, die spanische Diskussion und Europa», *Akademische Reden und Beiträge*, Münster, 11 (1995) pp. 5-30; ver também J. Castel, *España y el tratado de Münster (1644-1648)*, Madrid, 1956; J. M. Jover Zamora e Maria Victoria López-Cordón Cortezo, «La imagen de Europa y el pensamiento político-internacional», in AA.VV., *Historia de España. El Siglo del Quijote (1580-1680)*, I: *Religión, Filosofía, Ciencia*, Madrid, 1986, pp. 355-522; J. Israel, *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606-1661*, Oxford, 1989; J. H. Elliott, «Foreign Policy and Domestic Crisis: Spain, 1598-1659», in K. Repgen, ed., *Krieg und Politik, 1618-1648*, Munique, 1988, pp. 185-202; o desempenho de Diego de Saavedra foi estudado por A. González Palencia, ed., *op. cit.*, 1946, e por M. Fraga Iribarne, *Don Diego de Saavedra y Fajardo y la diplomacia de su época*, Madrid, 1956; Geoffrey Parker, *The Thirty Years' War*, Londres, 1984.
- 18 Em 1641 a França e a Diputació General de Catalunya assinaram um tratado de aliança. Inicialmente, os catalães enviaram a Münster o regente da Audiência de Barcelona, Josep Fontanella, seguindo depois o seu irmão Francesc (cfr. J. Costa, A. Quintana e E. Serra, «El viatge a Münster dels germans Josep I Francesc Fontanella per a tractar les paus de Catalunya», in B. Schlieben-Lange e A. Schönberger, eds., *Polyglotte Romania. Homenatge a Tübert Didac Stegmann*, 1: *Beiträge zu Sprache, Literatur und Kultur Kataloniens sowie zur Geschichte der deutschsprachigen Katalanistik*, Francoforte no Meno, 1991, pp. 257-94; e também Jover Zamora *et al.*, *op. cit.*, 1986, pp. 474 segs.). Luís Pereira de Castro encontrou-se com J. Fontanella em Charleville, no caminho para Münster, e aí concertaram estratégias. Fizeram juntos o resto da viagem até à Vestefália («Relação da jornada...», fol. 38).
- 19 Cfr. Prestage e Mellander, *op. cit.*, 1930.
- 20 Para uma relação completa dos intervinientes nas negociações de Münster, cfr. APW, *Varia*, 1: *Stadtmünsterische Akten und Vermischtes*, ed. H. Lahrkamp, 1964, pp. 345 segs.
- 21 Numa carta enviada de Viena, de 24 de Outubro de 1643, o marquês de Castelo-Rodrigo avisa o Conselho de Estado que «tres del de Berganza» vão com os ministros de França, exortando a que se faça algo para estorvar a sua viagem e estadia em Münster. Castelo-Rodrigo cita algumas das cartas por ele recebidas, enviadas pelos representantes espanhóis na Vestefália e em Paris, dando informações detalhadas das movimentações dos franceses a favor de D. João IV (AGS, Estado, leg. 2345).
- 22 Veja-se, por exemplo, a carta de Auersperg para Fernando III, de Osnabrück, a 23 de Outubro de 1643, APW, *Die Kaiserlichen Korrespondenzen*, 1: *1643-1644*, ed. W. Engels *et al.*, 1969, pp. 44-45. Portugal também possuía os seus informadores, como era o caso de um tal Huet de Halleurs, agente ao serviço do duque de Bragança junto de Servien e de D'Avaux (Brasão, *op. cit.*, 1942, p. 522). Este De Halleurs acabaria por desaparecer misteriosamente de Münster, em meados de 1644, levando consigo muito dinheiro pertencente a Pereira de Castro («Relação...», fol. 156). Os nomes dos informadores eram raramente mencionados na documentação da época, sendo designados, em regra, por «pessoas inteligentes».
- 23 Cfr. Prestage e Mellander, *op. cit.*, 1930, pp. 56 segs.
- 24 Cfr. J. Ramos Coelho, *op. cit.*, 1889.
- 25 Numa carta do conselheiro Brun, outro dos enviados de Filipe IV, pode ler-se que sobre D. Duarte ficou decidido que não voltaria mais a Portugal, «y si se juzga por mas apropiado se podra meter en un Artículo aparte y secreto per no manchar el tratado con el nombre de Don Duarte...». Carta de 16 de Outubro de 1646, AGS, Estado, leg. 2348.
- 26 Saavedra Fajardo acompanhou as movimentações de suecos em prol dos portugueses, como se pode ver nas cartas que escreveu ao longo do ano de 1645 (parte delas publicadas em *Obras Completas*, Madrid, 1946, pp. 1418 *passim*; veja-se, também, CO.DO.IN., t. 82); cfr., também, a proposta do conde de Peñaranda aos suecos, de finais de 1645, onde mais uma vez insiste na omissão de toda e qualquer alusão a Portugal (AGS, Estado, leg. 2347).

- 27 Prometida, até, desde tempos anteriores à revolta de 1640 (I. S. Révah, *Le Cardinal Richelieu et la Restauration de Portugal*, 1950).
- 28 Na «Instrução Secreta que S. Magestade deu ao Conde Almirante para guardar na Embaixada com que foi a França, em 26 de Março de 1642», o próprio D. João IV refere os riscos inerentes a uma eventual aliança entre França e Espanha: «porque se acontecesse fazer El-Rey Christianissimo paz ou tregoa com Castella e a Caza de Austria, ficando eu de fora della, he certo que se converterião todas as armas de sua facção contra estes Reynos...» (cfr. Prestage, *op. cit.*, 1919, pp. 377-84). Acerca do conflito entre França e Espanha, veja-se J. M. Jover Zamora e M. V. López-Cordón, *op. cit.*, 1986, pp. 355 segs.; e Sánchez Marcos, *art. cit.*, 1995, pp. 18-22.
- 29 «Escrito deste embaixador acerca do Tratado Geral de paz em relação a Portugal», 1643, BNL, cx. 13, n.º 23-24, talvez inspirado pela carta que D. João IV lhe enviara de Lisboa, de 16 de Dezembro de 1643 (BNL, cx. 13, n.º 21), onde encontramos idêntica expressão. Na sua «Relação...», Pereira de Castro refere-se por diversas vezes às «inessantes variedades de França...» (por exemplo fol. 93v).
- 30 Entre Andrade Leitão e Pereira de Castro, os franceses preferiam claramente o segundo (cfr. carta de d'Avaux e Servien para Brienne, 18 de Junho de 1644, APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 1: 1644, ed. U. Irsigler *et al.*, 1979, p. 283); sobre este assunto, cfr. QERPDP, p. 96. Em Janeiro de 1644, senão antes, começaram as zangas entre Leitão e Castro, e entre os dois chegaram a ser trocadas ameaças de morte. Tudo chegou aos ouvidos de D. João IV, que muito os repreendeu. Pereira de Castro conta ainda que, durante a sua estadia em Haia (antes de viajar até Münster), esteve com Andrade Leitão e com Francisco de Sousa Coutinho, e que numa ocasião Leitão «nos fes huma tam comprida pratica [sobre querer ir para Münster com a dignidade de plenipotenciário] [...] e com tanta paixam, que temendo eu que se acendesse mais fingi que dormia, e com francisco de sousa assi nesta noite como em outra se alargou em palauras mais do que conuinha...» («Relação...», fol. 123v).
- 31 «E por isto se disse E bem cabe aqui, depois de velho gaiteiro: muito estimarei que seia bem ouvida a minha gaita; E não cessarei de a tanger onde entender que gostão della; E ainda farei mais. E consentirei se faça menos de mim, por seruir a El Rey nosso Senhor E ao Reyno...» (carta para o marquês de Cascais; escrita em Deventer, BNL, cx. 14, n.º 65). Acerca do irascível temperamento de Francisco de Andrade Leitão, cfr. a correspondência de Francisco de Sousa Coutinho publicada por Prestage, *op. cit.*, I, 1920.
- 32 Cfr. Edgar Prestage, *op. cit.*, 1928, p. 18 *passim*. As questões de tratamento muito ocuparam os diplomatas portugueses após 1640: insistiam, por exemplo, que os reis e ministros estrangeiros tratassem o duque de Bragança por «majestade», e não por «vós» – tal como sucedeu nas cartas enviadas pelo monarca francês para Portugal, na década de 1640 (cfr. Prestage, *op. cit.*, 1919, pp. 228 segs.).
- 33 Servien ficou impressionado com o conhecimento detalhado que don Diego de Saavedra demonstrava possuir acerca da política europeia em geral e sobre Portugal em particular (Servien para Brienne, Münster, 9 de Abril de 1644, APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 1: 1644, ed. U. Irsigler *et al.*, 1979). Em Madrid, Saavedra Fajardo mantinha relações com muitos dos portugueses que aí residiam, sobretudo através da Irmandade dos Devotos de Santo António dos Portugueses (1604-68), onde viria a falecer em 24 de Agosto de 1648 (cfr. Bouza Álvarez, *art. cit.*, 1994, pp. 91segs.).
- 34 Carta de Auersperg para Kurz, 18 de Agosto de 1644, APW, *Die Kaiserlichen Korrespondenzen*, 1: 1643-1644, ed. W. Engels *et al.*, 1969, p. 588.
- 35 «Os nossos suecios estão firmissimos em nos ajudar», escreve Botelho de Morais em 20 de Junho de 1644, BNL, cod. 2665, fol. 334; e em Outubro de 1644 elogia Oxenstierna pelo apoio dispensado a Portugal (BNL, cod. 2665, fol. 352).

- 36 Em algumas cartas cifradas de Julho de 1644, Botelho de Morais tece duríssimas críticas aos franceses (BNL, cod. 2665, fols. 323 e 327)
- 37 Desde Paris, António Moniz de Carvalho acompanhava o desenrolar dessas acções militares, e escrevia que «em Munster se não fas ainda nada, e os animos de hunos, e outros estão agora mais agros que nunca, e a pas esta no ceo» (carta para o marquês de Cascais, Paris, 14 de Agosto de 1644, BNL, cx. 14, n.º 57). Quanto à controvérsia entre «guerra defensiva» ou «guerra ofensiva», nela participaram vários conselheiros de D. João IV, como D. Jorge de Mascarenhas ou o jesuíta António Vieira – veja-se, por exemplo, «Parecer do padre Antonio Vieira sobre convir ao reino de Portugal fazer a Castella guerra defenciua, e não offenciua», e «Parecer do Marquês de Montalvão sobre a forma em que se deue dispôr a defença do Reyno», ambos em BA, 51-II-28, n.ºs 22 e 23.
- 38 Na impossibilidade de falar directamente com os mediadores, Andrade Leitão encontrava-se com alguns religiosos amigos de Chigi e de Contarini, procurando, através deles, influenciar o seu ânimo (BPADE, cod. CVI/2-6, fols. 380 segs.).
- 39 Carta para o marquês de Cascais; escrita em Münster, a 5 de Outubro de 1644, BNL, cx. 14, n.º 95.
- 40 Carta de Rodrigo Botelho de Morais, Osnabrück, 20 de Outubro de 1644, BNL, cod. 2665, fol. 354; por esta altura, Botelho de Morais parece estar desiludido não apenas com os franceses, mas também com os suecos, em quem pouco antes muito confiara. Numa outra carta, desta feita para Roma, escrevia o mesmo Botelho de Morais que «tem el Rej nosso senhor dous plenipotenciarios em Munster, e hum em Osnabrug, em forma de familiares dos legados [franceses] a que assistem, sem outra utilidade que a perda de sua authoridade Real, e de tanta fazenda...» (carta ao Dr. Manoel da Nóbrega, 16 de Novembro de 1644, BNL, cx. 13, n.º 16). E numa carta de 24 de Junho de 1645, Servien conta a Lionne que havia zangas entre quase todos os legados (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosphach *et al.*, 1986, p. 482).
- 41 As ofertas dos portugueses tinham também lugar em Paris: António Moniz de Carvalho, algo enfadado, conta que as esposas dos ministros Lionne e Brienne pediam-lhe frequentemente certos objectos valiosos que desejavam possuir (carta datada em Paris, 20 de Maio de 1646, BPADE, cod. CVI/2-7, fols. 546 segs.).
- 42 D'Avaux e Servien para Oxenstierna, 4 de Novembro de 1644, APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 1: 1644, ed. U. Irsigler *et al.*, 1979, p. 588.
- 43 Brienne a d'Avaux e Servien, Paris, 26 de Novembro de 1644, APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 1: 1644 cit., p. 667; Brienne, em carta a d'Avaux e Servien (Paris, 3 de Dezembro de 1644), informa-os de que em Paris os portugueses continuavam a pedir salvos-condutos; Brienne, à luz destes factos, aconselhava d'Avaux a informar os portugueses de que estava a fazer tudo o que era possível pela sua causa (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 1: 1644 cit., pp. 691-92); mas o próprio rei D. João IV queixava-se do modo como os legados gauleses tratavam os portugueses em Münster (D. João IV para o marquês de Niza, 6 de Novembro de 1644, P. M. L. Coelho, ed., *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza), Embaixador em França*, Lisboa, 1940, I, p. 174). O desencontro entre portugueses e franceses era já muito evidente.
- 44 Franz Wilhelm, conde de Wartenberg, Bispo Eleitor de Osnabrück, carta de 27 de Novembro de 1644, APW, *Diarium Wartenberg, 1644-1646*, ed. J. Foerster, 1987, p. 24.
- 45 Carta para o marquês de Cascais; escrita em Münster a 17 de Dezembro de 1644, BNL, cx. 14, n.º 121.
- 46 Em várias das suas cartas Botelho de Morais confessara o muito que sofria com as baixas temperaturas que se faziam sentir em Osnabrück. Em Novembro de 1644 foi mesmo apelidado pelos suecos de «monstro da Noruega», devido à quantidade de peles com que se fazia cobrir quando saía à rua (carta de Osnabrück, 2 de Novembro de 1644, BNL, cod. 2665, fols. 363 segs.).
- 47 D. João IV ainda pensou enviar António Moniz de Carvalho – que estava em Paris – para ocupar o cargo de *residente* em Osnabrück, a fim de substituir o desafortunado Botelho de Morais. Moniz

- de Carvalho acabou por não seguir viagem, apesar de ter aceite o cargo (carta ao marquês de Cascais, Paris, 18 de Março de 1645, BNL, cx. 14, n.º 140). O secretário de Botelho de Morais, Manuel Guedes Pereira, foi nomeado interlocutor interino. Porém, logo se apressou a abandonar Osnabrück, e em Março de 1645 encontrava-se já em Haia, de regresso para Portugal (BPADE, cod. CVI/2-12, fols. 496 segs.).
- 48 D'Avaux e Servien, numa carta de 7 de Janeiro de 1645 para Brienne, confessam apreciar muito mais Pereira de Castro do que Andrade Leitão. Na sua opinião, o primeiro tinha um «humeur beaucoup plus commode et raisonnable que son compagnon...», propondo que Leitão fosse para Osnabrück (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986, p. 34).
- 49 Após a morte de Botelho de Morais, a 15 de Dezembro de 1644, o seu cadáver foi enviado para Münster. No entanto, pelo caminho foi interceptado por cavaleiros a soldo do imperador, os quais logo o entregaram aos espanhóis. Os papéis que estavam em seu poder revelaram-se de pouca valia para os enviados de Filipe IV, como refere Saavedra Fajardo numa carta enviada de Münster a 28 de Janeiro de 1645 (Saavedra Fajardo, *Obras.*, 1946). O caso foi relatado por Rorté, ministro francês em Osnabrück, numa carta datada de Osnabrück a 12 de Janeiro de 1645, dirigida a d'Avaux e Servien. Tal evento provocou um certo escândalo em Osnabrück. Os suecos – conta Rorté – protestaram veementemente junto dos imperiais, lembrando que a captura era totalmente injusta, pois os portugueses nada tinham contra o Império (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986, pp. 36-38).
- 50 Prestage e Mellander, *op. cit.*, 1930, pp. 60 segs.
- 51 Isso mesmo é visível nas 51 cartas publicadas por F. Figueiredo (provenientes da BA) trocadas entre Luís Pereira de Castro e João de Guimarães, de 20 de Maio de 1644 a 30 de Maio de 1648, acerca das relações entre D. João IV e os suecos («Relações Diplomáticas entre Portugal e a Suécia (1644-1652) – Subsídio Documental», *Revista de História*, ano XIV-XV, 1925, 26, pp. 266-307); cfr. também C. R. Bocage, *Subsídios para o Estudo das Relações Exteriores de Portugal em seguida à Restauração (1640-1649)*, Lisboa, 1915.
- 52 Em carta para Lionne, de 11 de Fevereiro de 1645, Servien revela-se optimista quanto aos negócios de Portugal, sublinhando que Chigi, o representante pontifício, ia dando algum apoio ao Bragança (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986, p. 132). A atitude de Chigi chegou a preocupar os imperiais (APW, *Diarium Wartenberg*, 1644-1646, ed. J. Foerster, 1987, p. 154).
- 53 Servien, em carta para Lionne (6 de Fevereiro de 1645), conta que Contarini considerava a trégua como a melhor solução para Portugal, e que de outra maneira o caso seria irresolúvel (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986, p. 122); pela mesma altura chegou a confirmação do não reconhecimento pontifício dos bispos nomeados por D. João IV, o que provocou um recrudescer da pressão luso-francesa em Roma e em Veneza, em busca de apoio para Portugal (carta de d'Avaux e Servien para Brienne, de 11 de Março de 1645, APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986, pp. 179-81).
- 54 Em 8 de Fevereiro de 1645, o Dr. Isaak Volmar relata que Andrade Leitão pretendeu ter uma audiência com o bispo de Osnabrück, na qualidade de plenipotenciário. Tal pedido foi recusado, e foi apenas admitido como *privatcavallier* e como *privatperson*; Volmar alegou que Portugal não tinha nenhum negócio a tratar com o imperador, e que o estatuto dos portugueses devia ser semelhante ao de pessoas privadas, e não públicas: *privati nobilis qualitate* (APW, *Diarium Volmar*, 1643-1647, ed. J. Foerster e R. Philippe, 1984, pp. 276-77).
- 55 Para Brienne, conceder o tratamento de plenipotenciário aos portugueses significava faltar ao que os franceses haviam prometido na abertura das negociações (QERPD, p. 133).
- 56 Carta de João IV para o marquês de Niza, de 5 de Agosto de 1645, in P. M. L. Coelho, ed., *op. cit.*, 1940, I, p. 264. Não obstante, foi grande o optimismo do conde da Vidigueira ao saber da notícia,

- como se pode ver numa carta que enviou desde Paris para Nicolau Monteiro, que estava em Roma, datada de 26 de Maio de 1645 (*Corpo Diplomático Português, contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...*, Lisboa, 13, 1907, pp. 49 segs.).
- 57 Servien, escrevendo para Lionne em 6 de Abril de 1645, mostra-se favorável à concessão do tratamento de plenipotenciário aos portugueses. Quanto a salvo-condutos, recusa concedê-los (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986). Mas este tratamento foi dispensado com toda a cautela, até porque por essa altura soube-se em Münster que Nicolau Monteiro, *residente* português em Roma, tinha sido atacado por homens a soldo dos espanhóis, o que provocou grandes receios de que o mesmo pudesse suceder na Vestefália. Luís XIV de França protestou contra tal ataque, e queixou-se junto do Papa do mau acolhimento que estava a ser dado às propostas de França. O próprio Monteiro descreveu o ataque de que foi vítima numa carta que enviou a D. João IV, a 13 de Abril de 1645 (*Corpo Diplomático Português...*, Lisboa, 13, 1907, pp. 19 segs.).
- 58 Brienne, em carta de 20 de Maio de 1645 para d'Avaux e Servien, queixa-se das incomodativas insistências dos portugueses que estavam em Paris (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986, pp. 372-73).
- 59 D'Avaux e Servien, em carta para Brienne de 24 de Junho de 1645, queixam-se uma vez mais das pressões dos portugueses, considerando-os bastante ingénuos quanto às possibilidades de levarem por diante os seus propósitos (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986, p. 481).
- 60 Já algum tempo antes, Saavedra Fajardo chegara a duvidar da real capacidade da França em «dar assistência de gente y de cabos a Portugal», segundo a sua opinião, devido à situação de desgaste em que os gauleses se encontravam – Carta enviada desde Münster, de 10 de Novembro de 1644 (Saavedra Fajardo, *Obras Completas*, Madrid, 1946, pp. 1395 segs.). Saavedra, em carta para o secretário Pedro Coloma (7 de Outubro de 1645), considera que os franceses defendiam os portugueses por mero oportunismo, alegando que o seu real interesse era importunar e enfraquecer os espanhóis (CO.DO.IN., 82, pp. 92 segs.).
- 61 Tal pedido foi transmitido pelo próprio Mazarin ao embaixador do duque de Bragança em Paris: «Copia de hum Papel em que o Marquez de Niza dá conta a El-Rey do Estado em que deixou os negócios de França, e de tudo o que passou nelles, no tempo de suas Embaixadas naquella Corte» (in Prestage, *op. cit.*, 1919, pp. 305-17). Acerca do significado económico e político do Brasil durante este período, veja-se R. Valladares, «El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668)», *Cuadernos de Historia Moderna*, 14, 1993, pp. 151-72.
- 62 Não obstante, as cedências quanto ao Brasil chegaram mesmo a acontecer, como lembra R. Valladares Ramírez em «Sobre Reyes de Invierno. El Diciembre Portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros más)», *Pedralbes. Revista d'Història Moderna*, 15, 1995, pp. 128 segs. Como se sabe, esteve iminente a cedência de Pernambuco aos Neerlandeses.
- 63 Em 1642, D. João IV deu ordens ao seu embaixador em Paris para anunciar que Portugal tinha a intenção de «meter a guerra muito dentro de Castella...», a fim de se encontrar com as armas de França na Catalunha (Prestage, *op. cit.*, 1919, pp. 379 segs.). O marquês de Rouillac, embaixador extraordinário para Portugal, chegou a Lisboa a 26 de Fevereiro de 1645, e a instrução que levava exortava-o a pressionar o rei de Portugal a intensificar a guerra em Castela e na Andaluzia (cfr. Visconde Caix de Saint-Aymour, ed., *Recueil des Instructions données aux ambassadeurs et ministres de France depuis les Traités de Westphalie jusqu'à la Révolution Française – Portugal*, Paris, 1886, p. 6).
- 64 No seu diário, Franz Wilhelm, conde de Wartenberg e Bispo Eleitor de Osnabrück, conta que a insistência dos franceses a respeito de Portugal apenas atrapalhava as negociações (4 de Outubro de 1645), APW, *Diarium Wartenberg, 1644-1646*, ed. J. Foerster, 1987, p. 294. Saavedra Fajardo por várias vezes opinou que os franceses não estavam genuinamente interessados num acordo de paz (por exemplo na sua carta a Filipe IV, Münster, 11 de Julho de 1645, in

- CO.DO.IN., 82, pp. 91 segs.); veja-se também «Consultas del Consejo de Estado sobre las negociaciones de Congreso de Munster» (AGS, Estado, leg. 2345), baseada num papel enviado de Paris, datado de 10 de Outubro de 1643.
- 65 Acerca dos salvo-condutos, Longueville, d'Avaux e Servien, escrevendo a Brienne em 11 de Novembro de 1645, opinam que tais documentos nem sequer deviam ser pedidos (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986, p. 835). E num «Aditamento à Instrução Principal para os franceses», datado de 23 de Novembro de 1645, reafirma-se que a aliança com Portugal não obrigava, de modo nenhum, a França. O mesmo texto refere que os portugueses estavam excessivamente confiantes com o seu poderio, o qual, de facto, não era grande; o autor desse «aditamento» apresenta a trégua como a única solução para o caso, e lembra, por fim, que os espanhóis já haviam sugerido o exílio de D. João IV para a Sicília ou para a Sardenha, se Portugal viesse a ser pacificamente entregue a Filipe IV (APW, *Die Französischen Korrespondenzen*, 2: 1645, ed. F. Bosbach *et al.*, 1986, pp. 877-79).
- 66 Saavedra Fajardo e Chigi mantinham, de resto, uma estreita relação de amizade, e acerca dos «rebeldes portugueses» sempre estiveram de acordo – trata-se de uma apreciação de M. Fraga Iribarne, em «Saavedra Fajardo y las Negociaciones de Münster (1643-1645) através de los documentos relativos a la mediación del Nuncio Chigi», *Cuadernos de Historia Diplomática*, 3, 1956, pp. 97-138.
- 67 Como vimos, tais ameaças foram frequentes – escutaram-se no começo de 1646, quando franceses e suecos apresentaram um *memorandum* reclamando passaportes para os enviados portugueses e a libertação de D. Duarte (cfr. Prestage, *op. cit.*, 1928, pp. 25 segs.). No início de 1645 os portugueses passeavam-se por Münster em coche, e ao passarem por soldados estes rendiam-lhes honras como se de plenipotenciários se tratassem, atitude que muito irritou os castelhanos (Fraga Iribarne, *art. cit.*, 1956, p. 127, nota 197).
- 68 AGS, Estado, leg. 2347.
- 69 O mesmo «Discurso» afirma que os portugueses presentes em Münster deviam ser tratados como pessoas «privadas», incapazes de toda e qualquer função «pública» e legítima nas negociações que estavam a decorrer; além disso, compara a posição dos legados de D. João IV com a dos representantes da Boémia, também eles impedidos de tomar parte no Congresso de Vestefália.
- 70 AGS, Estado, leg. 2347.
- 71 Carta de Saavedra Fajardo a Filipe IV, Münster, 11 de Novembro de 1645, pub. em CO.DO.IN., 82, pp. 91segs.
- 72 Eram estes os termos usados pelo embaixador espanhol (AGS, Estado, leg. 2348). Tal disposição foi reafirmada pela Junta de Estado reunida em Madrid em 8 de Janeiro de 1646 (CO.DO.IN., 82, pp. 257 segs.).
- 73 AGS, Estado, leg. 2347.
- 74 Carta do conde de Peñaranda de 13 de Janeiro de 1646, AGS, Estado, leg. 2348; algumas semanas mais tarde, Peñaranda insiste no mesmo aspecto, em carta a Filipe IV de 4 de Fevereiro de 1646: os ministros portugueses «hacian dones y promesas á todos estes Diputados» do Congresso de Münster (CO.DO.IN., 82, pp. 276 segs.).
- 75 CO.DO.IN., 82, pp. 328 e 345).
- 76 QERPDP, p. 198.
- 77 Tal hipótese chegou a integrar a agenda de conversações entre espanhóis e holandeses, como escreve o embaixador D. Francisco de Melo, conde de Assumar e Governador da Flandres, em Maio de 1642 (CO.DO.IN., 82, pp. 314-15); cfr. também a carta de Peñaranda, de 23 de Janeiro de 1646 (AGS, Estado, leg. 2348). Acerca da atitude espanhola face ao Brasil, antes e após 1640, cfr. S. B. Schwartz, «The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations and Merchant

- Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640», *The American Historical Review*, 96, n. 3, June 1991, pp. 735-62; A. A. Jorge, «A Restauração e a história diplomática do Brasil Holandês (1640-1661)», *Anais*, APH, Ciclo Restauração, 1.ª série, VII, 1942, pp. 11-38; e Valladares Ramírez, *art. cit.*, 1993.
- 78 Carta do Conselheiro Brun, de 16 de Outubro de 1646 (AGS, Estado, leg. 2348). O divórcio entre Portugal e as Províncias Unidas convinha à Espanha, mas parece que também aos franceses não interessava uma excessiva aproximação entre Portugueses e Neerlandeses. Talvez fosse isso que, algum tempo mais tarde, levou o jesuíta António Vieira (enviado à Holanda como diplomata) a afirmar que haviam sido dois os embaixadores que tinham impedido Portugal de ter paz com as Províncias Unidas: abertamente o de Espanha, e secretamente o de França – carta de 3 de Fevereiro 1648, in A. Vieira, *Cartas*, I, Lisboa, 1971. Acerca das relações entre Portugal e as Províncias Unidas após 1640, cfr. Rafael Valladares Ramírez, *Felipe IV y la Restauración de Portugal*, Málaga, 1994. Não podemos esquecer que as possessões coloniais portuguesas estiveram omnipresentes nas negociações, mesmo na sua parte final: em Outubro de 1646 correu o boato de que se preparava uma liga entre Franceses, Suecos e Portugueses nas Índias. Em 1647 surgiu o livro de Gaspar Barleus, *Reverm per Octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub Praefectura Illustrissimi Comitis I. Mauriti, Nassoviae, &c...*, Amesterdão, J. Blaeu, 1647, o qual enaltecia os feitos militares dos Neerlandeses no Brasil. À magnífica obra de Barleus viria a responder, anos mais tarde, o livro de Francisco de Brito Freire *Nova Lusitania, Historia da Guerra Brasileira...*, Lisboa, João Galvão, 1675. No entanto, o principal livro coetâneo sobre os conflitos que tiveram lugar no Brasil é o de frei Manuel Calado, *O valeroso Lucideno e Triunpho da Liberdade. Primeira Parte...*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1648. Sobre Brito Freire, herói da guerra brasileira, veja-se, do beneditino Rafael de Jesus, *Castrioto Lusitano Parte I. Empresa e Restauração de Pernambuco, & das Capitánias Confinantes...*, Lisboa, António Craesbeeck de Melo, 1674.
- 79 *Mémoires et negociations secretes de la court de France, touchant la paix de Munster*, I, Amesterdão, 1710-, p. 350; Peñaranda certamente rejubilou ao saber que os príncipes eleitores alemães também tinham recusado pronunciar-se sobre Portugal (8 de Março de 1646, APW, *Protokolle. 1. Die Beratungen der Kurfürstlichen Kurie*, 1: 1645-1647, ed. W. Becker, 1975, pp. 517-21); nos meses seguintes os franceses revelaram grande preocupação ante a aproximação entre a Espanha e as Províncias Unidas e o distanciamento destas face a Portugal. A fim de contrariar essa tendência, chegaram mesmo a aconselhar D. João IV a ceder algum território ultramarino aos Neerlandeses; numa carta de 6 de Agosto de 1646, d'Avaux e Servien sugerem a Brienne que Portugal devia fazer alguma cedência às Províncias Unidas, para conseguir chegar a um acordo (*Mémoires et negociations secretes...*, III, Amesterdão, 1710, pp. 173 segs.).
- 80 A 19 de Outubro 1646, Brienne escrevia para Mazarin queixando-se do «tormento» que lhe dava Moniz de Carvalho (QERPDP, p. 186).
- 81 Em 1641 Soares de Abreu regressara arruinado de uma primeira missão em França, queixando-se então das magras recompensas que tinha recebido pelos seus serviços, enquanto outros, que alegadamente menos haviam feito, tinham sido muito bem compensados. Talvez por isso, desde 1643 resistia tenazmente aos pedidos enviados desde a Corte para que seguisse como diplomata para Münster. Alegava que não concordava com o volume de mercês que lhe prometiam, mas discordava também do sistema de nomeação de diplomatas, o qual, segundo Soares de Abreu, baseava-se na linhagem e não no mérito: «a huns fazem fidalgos para os fazer secretarios das Embaixadas Agentes e Residentes; e a mim fazem me secretário para não me fazerem fidalgo primeiro...», escreve, desiludido, a António Gomes de Oliveira, um seu amigo (16 de Setembro de 1645, BA, 49-X-13, fol. 110). Já em 1646, Manuel Álvares Cardoso, um outro amigo de Cristóvão Soares de Abreu, mostrou-se desolado ao saber que o amigo havia sido escolhido para ministro na Vestefália: «Forte teima concorrem com esta missão aos Illustrissimos Congregados,

- e forte quebradeiro de cabeça he este de Munster para V.M. Eu me presuado a que V.M. desta ues dará outra ues com preposisois de Lutero, e trara ao gremio da Jgreja Romana quantos Protestantes congella o Norte, que o espirito de V.M. guarda çe para tão alta empresa e V.M. sempre me pareceo Apostollo desterrado para Osnaburgo» (carta de 22 de Setembro de 1646, BA, 54-IX-28, n.º 84). Em Setembro do mesmo ano um outro amigo de Soares de Abreu, de nome Paulo de Meireles Pacheco, escrevera que «a respeito das merces que quanto a mim Sua magestade se deue auer para V.M. com mão larga que ua V.M. com ellas quente para terra tam fria...» (carta de 29 de Setembro de 1646, BA, 54-IX-28, n.º 79). Em Haia, de caminho para Münster, Abreu procurou, por uma última vez, escapar à ordem de missão que levava, queixando-se do pouco dinheiro que levava e invocando os luxuosos costumes dos alemães: «... eu me não acho com forças e capacidade para residir em Alemanha assistindo e agradando aos Principes della, aonde vejo que se retem os mesmos costumes que Corneleo Tacito escreve: aquelles digo mayormente com que eu me não posso conformar por me aver criado no rigor da sobriedade Portuguesa...» (carta para D. João IV, Haia, 9 de Agosto de 1647, BA, 49-X-13, fol. 157).
- 82 O duque de Longueville propôs, em Fevereiro de 1647, uma trégua de alguns anos para Portugal, acrescentando que, uma vez terminado esse prazo, a França ficaria livre de apoiar Portugal. Os espanhóis recusaram tal proposta, insistindo na omissão a Portugal (Brazão, *op. cit.*, 1979, pp. 90 segs.). Perspicazes, os ministros espanhóis congratularam-se com a gradual cedência dos franceses face às exigências espanholas acerca da omissão do caso português, como se pode ler em «Sobre lo que contienen las cartas del conde de Peñaranda Marq. de Castel Rodrigo Duque de Terranoua y Don Diego Saauedra que se han rreçeuído con el Vltimo correo y tratan de las negociaciones de la Paz. La Junta de estado, 8 de Henero de 1646», AGS, Estado, leg. 2348.
- 83 Mesmo que os franceses jurassem não auxiliar o duque de Bragança, Brun confessa ter a certeza de que iriam fazê-lo dissimuladamente, cometendo assim o pecado de perjúrio – AGS, Estado, leg. 2348.
- 84 Estratégia essa descrita pelo conde de Peñaranda (carta ao marquês de Castelo-Rodrigo, 18 de Junho de 1646 (CO.DO.IN., 82, pp. 368 segs.).
- 85 Tal missão acabou por não ter sucesso (QERPDP, p. 200). Sobre os escrúpulos de Mazarin em aceitar os diamantes oferecidos pelo marquês de Niza, cfr. a correspondência do Conde Almirante, BPADE, cod. CVI/2-1, fols. 107 e 107v.
- 86 O marquês de Niza, em carta de 9 de Fevereiro de 1647, representa à rainha de França o seu desgosto pelo facto de a França ter aceite os neerlandeses como mediadores; solicita o apoio dos franceses para que no tratado com Espanha surja claramente a menção a Portugal; solicita ainda que França e Suécia falem com os legados lusitanos publicamente e aos olhos de todos, e não em segredo (P. M. L. Coelho, ed., «As Embaixadas a França do 1.º marquês de Niza – documentos complementares», *Anais*, APH, 1.ª série, XIII, Lisboa, 1976, pp. 55-60).
- 87 Cfr. QERPDP, p. 201. Desde Osnabrück, em carta de 25 de Março de 1647, Trauttmansdorff, Lamberg, Krane e Volmar contam que receavam que Portugal deitasse tudo a perder numa negociação geral que estava já quase resolvida, e criticam os ministros de França por protegerem os portugueses (APW, *Die Kaiserlichen Korrespondenzen*, 5: 1646-1647, ed. A. Oschmann, 1993, pp. 675-76).
- 88 Maria Emília Madeira Santos, *Relações Diplomáticas entre Portugal e Veneza (1641-1649)*, Lisboa, 1965.
- 89 Pela mesma altura, fracassavam os esforços dos suecos junto dos imperiais – APW, *Diarium Volmar*, 1643-1647, ed. J. Foerster e R. Philippe, 1984, p. 831.
- 90 Trauttmansdorff afirmou que «die Franzosen sind intractabiles, sie wollen sich der Sukkurs nach Portugal offenhalten und ihn dem Kaiser gegenüber dem eigenen Hause verwehren», conta Franz Wilhelm, conde de Wartenberg, Bispo Eleitor de Osnabrück (21 de Maio de 1647), APW, *Diarium Wartenberg*, 1647-1648, ed. J. Foerster, 1988, p. 876.

- 91 Veja-se, por exemplo, P. M. L. Coelho, ed., *art. cit.*, Lisboa, 1976, p. 74. Os enviados franceses ainda procuraram introduzir no tratado uma menção velada a Portugal, mas sem nenhum sucesso, até porque com a substituição de Trauttmansdorff por Volmar, em Julho de 1647, os espanhóis ficaram ainda mais senhores das negociações – esta apreciação pertence a J. Ramos Coelho, *op. cit.*, 1889, II, p. 421. Em Paris, o *residente* Moniz de Carvalho acompanhava os acontecimentos, e enviou uma longa e indignada descrição do sucedido para o padre Nuno da Cunha, assistente da Companhia de Jesus em Roma, exortando-o a convencer a Santa Sé a apoiar Portugal (*Corpo Diplomático Português...*, Lisboa, t. 13, 1907, pp. 136 segs.). Mas em Roma Filipe IV possuía trunfos bem mais poderosos: ameaçava romper relações com a Santa Sé e suspender os pagamentos que a Igreja espanhola fazia em Roma, no caso de o Papa demonstrar condescendência face ao duque de Bragança.
- 92 Acusação surgida também em panfletos impressos neste período, e que não deixava de ser incómoda para os franceses, pois, pela mesma altura, em terras gaulesas a agitação política e social estava a aumentar, e o facto de a paz não ser alcançada por causa de Portugal, uma questão que pouco dizia à maioria dos Franceses, poderia provocar um levantamento popular (carta do marquês de Niza para D. João IV, Paris, 14 de Janeiro de 1648, in P. M. L. Coelho, ed., *art. cit.*, 1976, pp. 110 segs.). Parece que a iniciativa dessas publicações pertenceu ao Conselheiro Brun, e foi Servien, temporariamente em Haia nos primeiros meses de 1647, quem procurou contrariar e desmentir essa propaganda.
- 93 A 20 de Agosto de 1647, Franz Wilhelm, conde de Wartenberg, Bispo Eleitor de Osnabrück, escreve no seu diário que os Espanhóis estavam a fomentar a oposição entre Portugal e as Províncias Unidas, tanto na América como no Oriente (APW, *Diarium Wartenberg, 1647-1648*, ed. J. Foerster, 1988, p. 991). Em Outubro de 1647 saía de Lisboa a armada de socorro para a Baía, cidade assediada pelos Holandeses (P. M. Laranjo Coelho, ed., *op. cit.*, 1940, II). Nos últimos meses desse mesmo ano, António Vieira, em Haia, procurava resolver da forma mais favorável a questão de Pernambuco. A respeito da Holanda, Pereira de Castro escrevia, com desalento, que «em Oznabrug [aonde estiu] se faz pouco mais de nada E aqui nada, se não entre castelhanos e Holandeses que tem ja publicadas as suas pazes, com vergonhosa demonstração de Alegria da parte de Penharanda. Nesta terra não fallo mais que com Mer. Seruiet e Abbade Carlim e uiuo em aspero deserto cercado de Tygres e serpentes, que tais são os jmerpaciaes, castelhanos e burgueses...» (carta de Pereira de Castro para Cristóvão Soares de Abreu, Münster, 18 de Maio de 1648, BA, 49-X-12, fols. 495-495v).
- 94 Um dos principais comerciantes da praça de Lisboa, o cristão-novo Duarte da Silva, foi preso pela Inquisição em Dezembro de 1647 (cfr. ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 8132), facto que provocou grande perturbação não só no sistema de pagamento aos diplomatas portugueses em acção no Norte da Europa, mas também nas encomendas de munições e demais apoio logístico-militar. O mesmo sucedeu em Fevereiro de 1648, com a chegada à Holanda da notícia de que diversos judeus da Baía tinham sido sentenciados pela Inquisição. Na sequência desta notícia, os judeus de Amesterdão ficaram extremamente indignados e incitaram o governo das Províncias Unidas a retaliar militarmente contra os Portugueses (cfr. Prestage, *op. cit.*, I, 1920, p. 314).
- 95 Estas desavenças foram lesivas para a reputação do duque de Bragança, tendo sido objecto de chacota pela publicística afecta a D. Filipe IV – como reconhece António Moniz de Carvalho depois de ter lido uma gazeta italiana que fazia a crónica desses desentendimentos (Paris, 17 de Outubro de 1646, BPADE, CVI/2-7, fol. 330v).
- 96 BA, 54-V-30, carta (1a), de Lopo Ramirez a Cristóvão Soares de Abreu, 31 de Dezembro de 1647. São frequentes as queixas de Cristóvão Soares de Abreu pelos atrasos de Ramirez (cfr. BPADE, cod. CVI/2-7, fols. 285 segs.). Feliciano Dourado era um dos comerciantes que asseguravam as remessas de dinheiro para os enviados portugueses. Sobre o papel crucial

- desempenhado pelos cristãos-novos de origem portuguesa, cfr. a obra de J. Israel; e, ainda, para referências bibliográficas mais detalhadas, J. Kaplan, org., *The Portuguese Jews of Amsterdam in the 17th century. Exhibition to mark the 300th anniversary of the inauguration of the Portuguese Synagogue in Amsterdam*, Jerusalém, 1975.
- 97 BA, 54-V-30, carta (1g1); Lopo Ramirez apelida o Congresso de «Monstro», em vez de «Münster».
- 98 Jover Zamora e López-Cordón Cortezo, *op. cit.*, 1986, pp. 480 segs. De tal aprendizagem resultou um volume de informação bastante assinalável, por vezes coligida em «cartas» ou «avisos para jovens diplomatas», ou até em livros impressos, como foi o caso da obra de um outro diplomata, António da Silva e Sousa, *Instrução Política de Legados...*, impressa em Hamburgo no ano de 1656.
- 99 Carta ao marquês de Castelo-Rodrigo, Münster, 15 de Outubro de 1646 (CO.DO.IN., 82, p. 433).
- 100 Acerca dos retratos dos portugueses (assinados por P. D. Bailliu ou Bailleul?, gravador activo em Antuérpia durante a década de 1640), cfr. Ernesto Soares, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, I, 1947, pp. 112-13 e 292; cfr., também, *História da Gravura Artística*, n.º 2274.
- 101 *Catálogo dos Retratos Colligidos por Diogo Barbosa Machado*, Rio de Janeiro, 1843, p. 53; nesta obra, e também na de Ernesto Soares, existe uma lista completa dos demais retratos de Andrade Leitão e de Pereira de Castro.
- 102 Ernesto Soares, *História da Gravura Artística*, I, p. 87, nota 1.